

Coluna do Castello *per.*Abi-Ackel e Sarney
voltam à sua luta

Brasília — O presidente do PDS, Sr José Sarney, que deverá acompanhar o Presidente da República na viagem à Colômbia, a partir de terça-feira, instituiu comissão, no âmbito de seu Partido, para estudar a elaboração de um projeto capaz de atualizar e consolidar a legislação eleitoral e, ao mesmo tempo, sugerir alternativas inovadoras.

Presidida pelo Senador Aloísio Chaves e tendo como relator o Deputado Prisco Viana, secretário-geral do PDS, a comissão promete apresentar os resultados de seu trabalho na reabertura desta sessão legislativa, depois do recesso de julho, para exame formal da parte da direção nacional.

A comissão devia instalar-se na próxima semana, mas a incorporação do Senador Aloísio Chaves à comitiva presidencial adiou a sua programação. Os subsídios que terá de examinar incluem mais de 50 projetos de lei ordinária e propostas de emendas constitucionais que tramitam no Congresso, conforme longa listagem fornecida pelo computador do Senado.

A iniciativa do PDS compatibiliza-se com o projeto do Governo, elaborado pelo seu principal estrategista — o General Golbery do Couto e Silva. Mas o Ministro da Justiça, Sr Ibrahim Abi-Ackel, invocando sua condição de coordenador político do Governo, afirma que qualquer negociação de transcendência política terá que passar pelo seu Ministério.

Revela o Sr Ibrahim Abi-Ackel que evitou deliberadamente envolver-se a fundo, na disputa em torno da presidência da Câmara dos Deputados, no afã de proteger seu livre trânsito entre as diversas correntes políticas representadas no Congresso, justamente para preservar uma condição que considera essencial a seu ministério — a de coordenador político, por excelência, do Governo, conforme a tradição histórica.

Tendo que negociar, como diz, as modificações que o Governo considera possíveis no Estatuto dos Estrangeiros e na emenda das prerrogativas — além das reformas eleitorais — o Ministro da Justiça acha que estava obrigado a preservar a imagem de conciliador para ter trânsito livre entre todas as facções políticas.

Desde que emergiu do noticiário político, o Sr Ibrahim Abi-Ackel mantém uma divergência insuperável com o presidente do PDS, Sr José Sarney. Os dois se limitam a uma relação apenas cordial. Tudo começou quando Sarney decidiu defender a tese de um só Partido de apoio ao Governo, quando o Deputado Ibrahim Abi-Ackel achava necessários dois.

Houve um bate-boca entre o então presidente da extinta Arena e o vice-líder do Partido na Câmara dos Deputados. Abi-Ackel cultivava um bom nível de relações com o falecido Ministro da Justiça, Sr Petrónio Portella, que também tivera sérias rugas, no passado, com o hoje presidente do PDS.

Rugas, diga-se de passagem, naturais, na política, entre homens de uma mesma geração, cujo traço de união era a vocação e o talento. O Sr Petrónio Portella tinha admiração pelo seu substituto, sem nunca adivinhar que ele, um dia, pudesse sentar em sua cadeira vaga com o infarte fulminante que o fez sucumbir.

Porém, pouco antes de morrer, o Sr Petrónio Portella conseguira um bom nível de entendimento que considerava essencial para a tarefa que tinha em mente.

Os Srs Ibrahim Abi-Ackel e José Sarney, mesmo representando as duas instituições que representam — o Ministério da Justiça e o Partido do Governo — ainda não conseguiram superar as suas idiossincrasias. Evitam o constrangimento de um relacionamento sempre difícil, quando parece lógico que o ministro político do Governo e o presidente de seu Partido tivessem um entrosamento pelo menos razoável.

A política é, já se disse, a arte da impessoalidade. Os dois estão errados e estão igualmente certos. Na tradição brasileira o Ministério da Justiça e um ministério político, mas não se pode recusar ao presidente de um Partido, sobretudo do Partido governista, o direito de discutir problemas relacionados com a reforma eleitoral, principalmente no âmbito de seu Partido e do Congresso.

Seria mais saudável para o processo de abertura democrática, que ainda exhibe muitas restrições, que o Ministro da Justiça e o presidente do PDS estivessem mais entrosados, em favor de um melhor e mais franco entendimento com as diversas correntes políticas que, afinal, têm o direito de buscar seu espaço no universo político.

Homens da mesma geração, com ambições naturais e providos de talento, o Ministro da Justiça e o presidente do PDS estão desafiados a procurar linhas de entendimento, sob pena de prejudicarem seu futuro, dentro de um quadro político ainda marcado pelo imponderável.

Tarcísio Holanda
Redator-Substituto